



**“MAS A QUE CUSTO?” SAÚDE MENTAL E BEM-ESTAR DE
MULHERES IMIGRANTES RACIALIZADAS NOS CORREDORES
UNIVERSITÁRIOS DO VELHO MUNDO**

**¿PERO A QUÉ PRECIO? LA SALUD MENTAL Y EL BIENESTAR DE LAS
MUJERES INMIGRANTES RACIALIZADAS EN LOS PASILLOS
UNIVERSITARIOS DEL VIEJO MUNDO**

**“BUT AT WHAT COST?” MENTAL HEALTH AND WELL-BEING OF
RACIALIZED IMMIGRANT WOMEN IN THE UNIVERSITY CORRIDORS OF
THE OLD WORLD**

Douglas Tomácio¹

Rocío Garrido²

Blanca Vera³

Anna Zaptsi⁴

Resumo:

Fruto de pesquisa de abordagem interseccional e socioecológica advinda da parceria entre o Instituto Andaluz da Mulher (IAM) e a Universidade de Sevilha (US), este artigo volta-se à discussão acerca dos impactos na saúde mental e bem-estar de mulheres imigrantes na US. Trata-se de discussão que, voltando-se aos atravessamentos diários experienciados por discentes, docentes e/ou corpo técnico-administrativo, aponta para dinâmicas históricas de poder, destacadamente em sua intersecção com as categorias de gênero e raça. As considerações aqui dispostas são oriundas de quatorze entrevistas com mulheres imigrantes racializadas, estruturadas em torno da análise SWOT+P, em diálogo com o modelo ecológico em seus 4 níveis, de modo a nos relatos dessas mulheres identificar: a opressão internalizada; a discriminação relacional; a discriminação comunitária/organizacional; e, como última categoria, a discriminação sócio-política. Os resultados das entrevistas apontam para barreiras estruturais que, históricas, persistem; revelando contextos de discriminação, estresse e solidão vivenciados pelas mulheres migrantes que na US atuam. Tais contextos são sentidos em maior ou menor grau de acordo com o tempo de estada na universidade e, mais importante, com a estabilidade econômica que experienciam em diálogo com o lugar que ocupam. A despeito dos desafios, todas as respondentes revelaram protagonismo e

¹ Doutor em Educação. Universidade de São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6831-950X>, e-mail: dtlmeduc@gmail.com

² Doutora em Psicologia. Universidad de Sevilla. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2238-0222>, e-mail: rocioga@us.es

³ Doutoranda em Psicologia. Universidad de Sevilla. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8375-389X>, e-mail: bvera@us.es

⁴ Doutora em Comunicação Audiovisual. Universidad de Sevilla. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0530-5976>, e-mail: azaptsi@us.es

resistência, inclusive no que diz respeito à proposição de iniciativas que, culturalmente sensíveis, fomentam o acolhimento, inclusão e bem-estar da comunidade acadêmica, destacadamente daquela estrangeira que à universidade acessa.

Palavras-chave: Mulheres imigrantes racializadas; Estigma; Bem-estar; Saúde mental; Universidade.

Abstract:

This article, a result of intersectional and socio-ecological research stemming from a partnership between the Andalusian Women's Institute (IAM) and the University of Seville (US), discusses the impacts on the mental health and well-being of immigrant women at the University of Seville (US). The discussion, focusing on the daily experiences of students, professor, and/or administrative staff, points to historical power dynamics, particularly at the intersection with the categories of gender and race. The considerations presented here are derived from fourteen interviews with racialized immigrant women, structured around a SWOT+P analysis, in dialogue with the ecological model at its four levels, in order to identify in these women's accounts: internalized oppression; relational discrimination; community/organizational discrimination; and, as a final category, socio-political discrimination. The interview results point to historically persistent structural barriers, revealing contexts of discrimination, stress, and loneliness experienced by migrant women at the US. These contexts are felt to a greater or lesser degree depending on the length of stay at the university and, more importantly, on the economic stability they experience in relation to their place there. Despite the challenges, all respondents demonstrated protagonism and resilience, including in proposing culturally sensitive initiatives that foster the welcoming, inclusion, and well-being of the academic community, especially the foreign community that accesses the university.

Keywords: Racialized immigrant women; Stigma; Well-being; Mental health; University.

Resumen:

Este artículo, resultado de una investigación interseccional y socioecológica procedente de la colaboración entre el Instituto Andaluz de Mujeres (IAM) y la Universidad de Sevilla(US), analiza el impacto en la salud mental y el bienestar de las mujeres inmigrantes en la US. El análisis, centrado en las experiencias cotidianas de estudiantes, profesorado y/o personal administrativo, pone de manifiesto dinámicas de poder históricas, especialmente en la intersección con las categorías de género y raza. Las consideraciones presentadas se derivan de catorce entrevistas con mujeres inmigrantes racializadas, estructuradas en torno a un análisis SWOT+P, en diálogo con el modelo ecológico en sus cuatro niveles, con el fin de identificar en los relatos de estas mujeres: opresión internalizada; discriminación relacional; discriminación comunitaria/organizacional; y, como última categoría, discriminación sociopolítica. Los resultados de las entrevistas señalan barreras estructurales históricamente persistentes, que revelan contextos de discriminación, estrés y soledad experimentados por las mujeres migrantes que están en la US. Estos contextos se perciben en mayor o menor medida según la duración de la estancia en la universidad y, sobre todo, según la estabilidad económica que experimentan en relación con su lugar en ella. A pesar de las dificultades, todas las participantes demostraron protagonismo y resiliencia, incluso al proponer iniciativas culturalmente sensibles que fomentan la acogida, la inclusión y el bienestar de la comunidad académica, especialmente de la comunidad extranjera que accede a la universidad.

Palabras clave: Mujeres inmigrantes racializadas; Estigma; Bienestar; Salud mental; Universidad.

Introdução

O estudo aqui apresentado, fruto de parceria proposta pela Universidade de Sevilha (US) e pelo Instituto Andaluz da Mulher, Departamento de Inclusão Social, Juventude, Família e Igualdade (IAM), é parte de uma investigação realizada por meio do Centro de Pesquisa e Ação Comunitária da Universidade de Sevilha (CESPYD)⁵. O centro, voltando-se também à população de mulheres estrangeiras na US, intenta compreender suas vivências, suas histórias cotidianas, a partir dos atravessamentos diários advindos do lugar que na instituição ocupam, neste caso específico, enquanto discentes, docentes e corpo técnico-administrativo.

Tal percurso, neste trabalho centrado nos impactos à saúde mental dessas mulheres, é empreitada que se dá sob a compreensão de um duplo fardo socialmente imposto aos seus corpos, hierarquizados sob o estigma da desigualdade: o fardo do ser mulher e imigrante. Essa compreensão, no entanto, longe de um caráter intuitivo quanto às experiências que encerram as mulheres estrangeiras na US, precisa atenta estar às experiências por elas mesmas partilhadas, a fim de que nos sejam passíveis de atenta análise os impactos em sua saúde mental, de modo a identificá-los quanto à natureza que assinalam; bem como sinalizar, também por meio do discurso dessas mulheres, possíveis caminhos com vistas à promoção da igualdade em sentido real.

Trata-se, pois, de investida que, longe de pontual, assinala um corpus de ação estruturado ao longo dos anos na referida universidade, e, destacadamente, pelo centro de pesquisas; de modo a nela estruturar espaços efetivos de reflexão quanto à sua comunidade e, em especial, quanto à comunidade estrangeira que a ela forma e que, a despeito de tão importante ser, ainda hoje vivencia os vilipêndios advindos de uma perspectiva estigmatizante que, ao hierarquizar sujeitos, os desumaniza em acordo com um padrão excludente historicamente estabelecido.

Método: o caminhar sob ecos que imigram

As entrevistadas foram recrutadas por amostragem intencional e em bola de neve, mediada pela universidade com base no censo sociodemográfico de 2024 da própria instituição. Os critérios de inclusão foram: (a) mulheres imigrantes racializadas de países em desenvolvimento (UNDP, 2018) com diversas origens etnoculturais; (b) mais de um ano de vínculo com a universidade como estudantes, docentes ou funcionários

⁵ Com quase duas décadas de atuação (desde 2008), o referido centro de investigação e ação comunitária, visa, dentre outras coisas, o fomento do poder, a saúde e bem-estar de grupos vulneráveis e minorias étnicas (migrantes de baixa renda, refugiados, população romani, dentre outros). Trata-se de grupo multidisciplinar de investigadores e ativistas advindos de universidades dos distintos cantos do globo, tais como Espanha, Portugal, Itália, Colômbia, dentre outros. Informações a respeito podem ser acessadas neste sítio: <https://cespyd.es/>

em seus campi, com flexibilidade para incluir participantes com períodos de vínculo mais curtos quando relevantes para o estudo; e (c) fluência em espanhol ou inglês.

O foco exclusivo na vivência de mulheres dialoga com a aposta em uma abordagem feminista que, contextualizada, considera e reconhece as dinâmicas da diversidade e do papel que ocupam em uma posição estrutural social contemporânea (Cubero & Garrido, 2023; Jiménez, 2021). Para além disso, cabe destacar a inclusão intencionada por indivíduos racializados de países em desenvolvimento, visto que, diferentemente de pesquisas precedentes com estrangeiros de países desenvolvidos e/ou estudantes internacionais de segunda geração, trata-se de público diretamente afetado pela dimensão do estigma; cabendo, pois, estudo mais aprofundado acerca de seus alcances e impactos na comunidade por ele diretamente afetada.

A participação das entrevistadas foi voluntária, com consentimento livre e esclarecido por escrito e garantia de anonimato, sob aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade de Sevilha. Após coleta inicial de dados, e sob a concordância expressa e demais processos de ética em pesquisa, as entrevistas foram agendadas. Todas elas foram gravadas em áudio e conduzidas pela equipe responsável.

O universo de entrevistadas era composto por 14 mulheres, com idades entre 21 e 60 anos. Oito dessas mulheres eram estudantes (de graduação à pós-graduação *stricto sensu*) e 6 profissionais efetivas da instituição, divididas entre professoras e funcionárias administrativas (PTA). As origens étnicas das entrevistadas, também diversas, apontam para América Latina (americana/caribenha); árabe, destacadamente magrebina; e asiática, sendo a China a maior das representações. Majoritariamente cristãs (57%) e muçulmanas (14%), detinham tempos distintos de vivência na Universidade e, tão logo, em seu país sede, Espanha; todas as profissionais, no entanto, ali estavam há mais de 10 anos. Desse universo, 35% eram mães.

As entrevistas realizadas foram transcritas. Lidas e relidas, passaram por processo analítico quanto ao seu conteúdo, a partir do qual, em diálogo com os objetivos na investigação proposto, foram postas em diálogo com as 4 categorias centrais (modelo ecológico), quais sejam: Categoria 1 – Opressão Internalizada: Narrativas de estereótipos internalizados, desvalorização, sentimento de pouca eficácia; Categoria 2 – Discriminação Relacional: Narrativas de discriminação por colegas de classe, professores; Categoria 3 – Discriminação Comunitária/Organizacional: Narrativas de discriminação por parte do PTA (Pessoal Técnico-Administrativo), administração universitária, serviços oferecidos, sociedade em geral; e, finalmente, Categoria 4 – Discriminação Sociopolítica: Narrativas de discriminação em relação a políticas públicas e legislação. Choques culturais. Através delas, essas mulheres e suas relatadas vivências foram compreendidas em diálogo

A operação aqui tecida, é exercício que assume sua subjetividade e, faceando-a, compreende não se tratar ela de algo marginal, mas, ao contrário, de ser intrínseca à análise qualquer, sob os reflexos que tem de suas instâncias também sociais. É passada que, a exemplo do que postula Gonzáles Rey (2001), assume o qualitativo em seu lugar epistemológico, sob as assinaturas do caráter dialógico construtivo-interpretativo do conhecimento, inclusive quando dos estudos de casos singulares, como os aqui trazidos

por meio das entrevistas. Esses mesmos que, assim o sendo, apontam para a totalidade em que se enredam as vivências de mulheres estrangeiras racializadas no âmbito da US.

Resultados e discussão teórica: ser mulher racializada nos corredores universitários do velho mundo

Kochhar-Bryant (2019), atendo-se à discussão acerca dos desafios enfrentados por grupos de imigrantes em diferentes territórios europeus, chama-nos atenção para necessidade de compreendê-los em suas necessidades mais básicas, as quais abarcam desde desafios culturais àqueles de ordem econômica.

Como se pode imaginar, tais desafios se espalham em diferentes graus ao distintos espaços por esses estrangeiros ocupados, assim como o é na universidade; caso em que, por exemplo, estudantes estrangeiros de ambos os sexos apresentam níveis de ansiedade acima de um nível de corte clínico, quando em comparação com a população local (Kochhar-Bryant, 2019).

Tais quadros, postos em perspectiva, ofertam-nos dados acerca das complexidades que, cotidianas, compõem expressivas barreiras enfrentadas por pessoas estrangeiras no espaço universitário, impactando em seu bem-estar social e psicológico. Como consequência, em uma dimensão sociopsicológica, não raro vemos estudantes e demais integrantes do espaço universitário padecendo de estresse sob exacerbamento de sintomas psicológicos e físicos, conforme advertem-nos Suárez-Orozco C, Suárez-Orozco M, Yoshikawa, Teranishi (2011). A isso, segundo Kirmayer et al (2011), somam-se elementos como a discriminação potencial da sociedade anfitriã, afetando a efetiva integração desse estrangeiro que, já sem o ciclo de apoio familiar de sustento, vê-se ainda mais vulnerabilizado.

Tal compreensão é partilhada em estudos de autores como aqueles propostos pelo Center for Collegiate Mental Health (2017); Cook, Alegría, Lin e Guo (2009); Kinzie et al. (2007); e apontam para a necessidade do apoio do espaço universitário no que tange aos aspectos sociopsicológicos enquanto fatores de prevenção da evasão e, ainda mais importante, como efetiva política para a garantia de sucesso a longo prazo no ensino superior e, por conseguinte, na sociedade.

Algo que requer desse espaço de formação uma comunidade acadêmica que, para além da empatia, atentamente acolha a comunidade estrangeira em suas necessidades. Nisso atentos, adentramos, pois, a Universidade de Sevilha, centro de referência na comunidade europeia, e notadamente da espanhola, que anualmente recebe contingente de estudantes estrangeiros superior a dois mil, e que tem consolidado histórico de parcerias institucionais com instituições de diferentes partes do globo.

Em seus corredores, muitas são histórias de além mar, de sonhos e reinvenções que, também em raça e gênero, se colocam e que, resilientes, têm dentre outras coisas de com o estigma lidar. São essas histórias que, a partir dos dizeres das mulheres entrevistadas, dizem-nos das vivências universitárias compostas de assimetrias, hierarquias, desumanização, mas também de reinvenção e luta; do prosseguir insistente que, ecoando a legitimidade sua, ocupa espaços historicamente negados e tenta neles estruturar nova realidade; não sem os custos de impactos diretos na saúde mental e bem-estar.

Pensar as possíveis dinâmicas de opressão e suas consequências, mais ou menos diretas, na saúde mental de cada uma das entrevistadas, coloca-nos em diálogo com uma compreensão estrutural mais abrangente. Nesse sentido, ainda que sob uma aposta didática que intenta compreender as distintas esferas da opressão xenófoba e racista pela qual grupos estrangeiros passam, como aquela proposta pelo modelo ecológico em seus 4 níveis, cabe-nos ressaltar serem elas parte de um todo em que as tais esferas se mesclam; compondo uma realidade contextual que tem na violência racista (que interseccionalizada é) suas estruturas fundantes.

A seguir, a partir dos relatos colhidos, apresentamos, então, algumas considerações acerca do que partilhado pelas respondentes foi e que, em alguma medida, diz das possibilidades de ser e estar daquelas que, estrangeiras racializadas sendo, intentam um outro viver no espaço da Universidade de Sevilha.

Das vidas nos corredores acadêmicos

Como de início salientado, parece importante apontar que diante estamos de um fenômeno histórico, fruto de uma totalidade social que calcada está na violência (neste caso a racista), fator primeiro de sua determinação. Tal violência faz com que muitas vezes as vozes que a nós se direcionam sejam escutadas por filtros que as desqualificam, as tornam desiguais por suas diferenças; são timbres que aos ouvidos, no âmbito individual e/ou coletivo/organizacional, parecem demasiado inferiores para efetiva captação e, por conseguinte, humanização.

De um lugar altivo, como quem concede a humanidade dos orgulhosos pedestais do chamado velho mundo europeu (ainda tão velho em coisas tantas), determinamos vidas em abandono diário, construímos sôfregos processos de seleção, desabonamos o sotaque, estruturamos espaços universitários que, não raro, informam sem nada informar; nada além de um preconceito já institucionalizado: "A dinâmica institucional afeta, e percebi que isso não afeta apenas a mim como mulher e migrante, mas afeta a todos nós (...) aqui é muito difícil para eu poder dizer: 'Sou psicóloga'" (Estudante 1 – Categoria 3). "É verdade que em alguns setores, simplesmente dizer 'Ah, você é peruana' já te diferencia um pouco" (Docente 2 – Categoria 3).

De fato, as condições orgânicas e/ou psicológicas da saúde estão intrinsecamente atreladas às condições objetivas em que estas se desenvolvem sob relativa autonomia (Araújo, 2022). Um corpo nu, ilegítimo quanto à pretensa humanidade e, portanto,

inexistente como pessoa igual se estabelece e, muitas vezes, assim o é pela forma como a própria instituição o concebe, hierarquizando-o em processos de desumanização, negando sua possibilidade de ser, inclusive sob o invólucro do formal facultativo:

(...) o Ouvidor da Universidade tem poder discricionário. Você tem um problema com um professor, e assim por diante, porque ele te chamou disso ou daquilo, há conotações racistas, ou simplesmente agressão, e por aí vai. Ele recebe relatórios de um lugar para outro, porque quando ele os solicita, você tem que entregá-los a ele. A situação é monitorada, a documentação que justifica esse monitoramento é fornecida, e então ele... mas quando o Ouvidor da Universidade prepara seus relatórios para enviar ao departamento jurídico ou a quem quer que ele precise enviá-los para defender aquela questão específica, tudo é discricionário, então é quase como uma cortina de fumaça (PTA 2 – Categoria 3).

Fartos estando, deparam-se os racializados corpos (quem os racializou, com que fim e por que de sua continuidade?) com o diário viver sob vilipêndio, informando-nos sobre a dialética da relação entre saúde mental e bem-estar do indivíduo, sociedade e a dimensão ético-política do sofrimento desse sujeito que, imigrante racializada, tantas vezes padece:

Então, você busca esse apoio nos seus professores, e eu não o tive (...) eles me deixaram sozinha. Eles me deixaram sozinha, a universidade me deixou sozinha. A universidade precisa ser coerente com sua retórica, porque fala tanto sobre direitos, sobre ajudar as pessoas. Que coerência há em seu discurso? Se eles não enxergam o valor de uma única vida? (Estudante 5 – Categoria 3).

Em muitos casos, o tal padecimento se estabelece ainda que sob a insígnia da inclusão, da universidade, da multiplicidades, conceitos que podem apresentar-se sem sentido algum quando postos à prova na vivência universitária:

O fato de eu não ter um diploma daqui significa que não posso acessar muitas coisas, como bolsas de estudo, ou mesmo liderar um projeto (...) "essa garota nem sequer concluiu o curso aqui" (...) Fui violada nesse aspecto, pois meu nível de educação não é reconhecido institucionalmente (Estudante 1 – Categoria 3).

Nesse sentido, é estabelecida na universidade, enquanto organização e nas relações ali tecidas, uma espécie de política do e no sofrimento; às quais estão submetidas em maior grau segmentos historicamente oprimidos; neste caso, mulheres estrangeiras, discentes, docentes, profissionais administrativas, mulheres tantas que no cotidiano aprendem o violento viver: "Então decidi que era melhor para mim permanecer em silêncio do que contradizer muitas posições, porque vou perder. Por quê?" (Estudante 1) – Categoria 3.

Sob essa perspectiva, o sofrimento individual e subjetivo dessas mulheres está diretamente relacionado às profundas determinações históricas, as quais estabeleceram uma sociedade marcada por relações de domínio, dentre elas a de raça e gênero e que, como tais, atravessam a US. Assim, os sofrimentos ético-político e psicossocial mesclam-se à compreensão da humilhação social, a partir da qual nega-se

a humanidade a alguns grupos de indivíduos, expressando impossibilidade de alguns serem e existirem, e isso nos contextos mais cotidianos, como o de uma tarefa qualquer em sala:

Por exemplo, se eu quiser responder a uma pergunta na aula, o professor não me deixa. Eles sempre começam com o outro, como aquele que não está usando o véu; ou quando se trata de formar os grupos, sempre, sempre. E, ultimamente, agora no meu terceiro ano, era uma aula prática de uma disciplina, e eles não querem fazer a aula prática comigo porque eu uso véu ou porque sou estrangeira (Estudante 4 – Categoria 2).

É o estigma como forma operacionalizante, forjado em totalidade violenta (Araújo 2022), que se espraia para os enredos sala de aula, para as relações entre estudantes e professores e de estudantes entre si. Fato é que, professora, técnica ou estudante, estão todas sob dinâmicas sistêmicas de mortificação (Flor do Nascimento, 2020). Sistema este no qual o racismo e, junto a ele, a xenofobia, muito antes de anomalia ser, configura-se como padrão de racionalidade e funcionamento da vida cotidiana. E esta, em seu curso diário na universidade, pode ao estrangeiro relegar o espaço de exotismo, usurpação, ou, ainda, o lugar de quem estraga a tudo que toca:

Alguns discursos abordam temas exóticos e coisas do gênero. Outros seguem a linha de "Vocês estão tirando empregos dos espanhóis", frases muito batidas e clichês, muito deliberadas e comuns. É quase como as microagressões que ainda existem. Um professor chegou a dizer: "Lá vêm os estrangeiros para bagunçar tudo" (PTA 1 – Categoria 2).

Nesses contextos, muitas vezes, parece haver apenas uma saída: "Você tem que desenvolver resiliência sim ou sim!" (Estudante 1 - Categoria 1). Não se há o direito de não ser forte, então, cabe aguentar a decisão sua: "Minha experiência pessoal positiva seria a resiliência... 'Bem, estou aqui, tomei a decisão porque ninguém me obrigou a entrar no programa de doutorado, agora tenho que ser forte e tenho que lidar com todas essas coisas'" (Estudante 1 - Categoria 1).

O que nos importa pensar, entretanto, é que o "todas essas coisas" são de fato uma escolha? Ou haveria nisso a possibilidade de escolher viver sob uma ótica que não as diminua por sua procedência? Quantos graus mais de internalização da violência opressora e estigmatizante serão possíveis de se suportar? A ética de vida sustentada em violência parece então fundar-se no corpo racializado como contraponto (Fanon, 2008), sob a "zona do não ser", em acurado "cálculo ontológico", em que a raça e origem são medidas efetivas de valorização.

Como tal, a experiência de corpos estrangeiros racializados é em boa parte ditada pela "Colonialidade da vida" (Flor do nascimento; Oliveira, 2018), que, ordenando os valores vitais, assumem formas de pontos menos, de negação à validação de formação quando de seleções, de impedimentos de acesso a bens e mesmo de trato igual entre pares, nos distintos espaços que ocupam.

São violências que, veladas e/ou diretas, reinauguram uma universidade que, tal qual a democracia hodierna, organiza-se para a morte; banalizando a existência daquelas estrangeiras mulheres que vivem à sombra da valoração racial. É a operação da persistência colonial que encarcera corpos, ainda que sob novas roupagens, assinando a categoria subalterna de humanidade (Mbembe, 2018) e que nos adverte, tal qual proporia Bordieu (2013), acerca das vivências daqueles que, perdedores na luta simbólica, lutam pelo reconhecimento básico de sua humanidade, sob uma existência que possa ser socialmente reconhecida.

Nesse sentido, a vida se pode dar sob a pulsão genocida do processo colonial, a qual, instaurada a partir de entrelaçamentos vários, tais quais os expressos pela política de raça, política de gênero e política de morte, reafirma-se e desdobra-se no viver cotidiano (Lima, 2022) daqueles que sentem sobre si e sobre os seus a matriz de opressão (Mbembe, 2018). A esses corpos, lembram-nos (e de fato somos em todo tempo lembrados), cabe em bom tom a corporeidade destroçada pela xenofobia, racismo, machismo etc, delineando lugares e funções específicas. Em processos de desumanização, experienciam a "corporeidade encarcerante" (Flor do Nascimento, 2020): "É que você não sabe nada (...) talvez você devesse reconsiderar se realmente pertence a este lugar' É algo que você enfrenta como estudante estrangeiro, não importa o quão bom seja o professor; existem professores racistas e xenófobos" (Estudante 5 - Categoria 2). O encarceramento é método que atravessa sujeitos e categorias: "Acho que a única limitação nem era por eu ser mulher, mas por eu ser estrangeira" (Estudante 5 - Categoria 3).

(...) que eu sou da África, que somos pobres, que não temos o que comer, que estamos aqui em busca de ajuda... Eu vivenciei o racismo na minha vida com uma professora que estava explicando algo sobre Economia, ou algo assim. E ela me disse que, se eu fosse uma mulher dona de empresas, "não vou deixar você trabalhar comigo porque você exibe um símbolo religioso", entendeu? Com outro professor... o professor disse que estávamos acobertando o lixo, referindo-se ao fato de ele ter coberto nossas cabeças com o lenço... Esses são exemplos que não são muito fortes (...) Mas também digo que a universidade me deu oportunidades, mas a que custo, não é? (Estudante 4 - Categoria 2).

Nesse contexto, assinalam parte das entrevistas, o contato é peça chave. Mas, infelizmente, em muitos casos não o é como valorização da origem dos sujeitos e das riquezas que com eles vêm. É, antes, espaço para a possibilidade do esquecer, do acostumar, para, então, parecer possível a partilha diária: "Depois que se acostumam com você, esquecem que você é de fora, ou seja, por meio do contato... eles já esqueceram que 'Estudante 2' é peruana, exótica. Já se acostumaram com o sotaque da 'Estudante 2'" (Estudante 2 – Categoria 2).

O esquecimento, no entanto, pode ser datado. Existir ao menos até que algo ao estrangeiro chegue:

Auxílio-estudo para refugiados. Só ouvi comentários negativos, não por má gestão, mas porque "que tipo de universidade gasta dinheiro com refugiados

quando deveria estar apoiando seus próprios cidadãos que carecem de recursos? Há muitas crianças passando fome" (PTA 2 – Categoria 2).

O de fora, pelo visto, não apenas "retira trabalho" do profissional espanhol, parece também fazer famintas as bocas nacionais, notadamente mais importantes. Ao fim, parece melhor optar pela segurança: "Se houver 200 meninas ou mulheres, vão escolher, por exemplo, todas espanholas, e aí você não terá chance" (Estudante 4 - Categoria 3).

Tais contextos, conforme nos informa Kochhar-Bryant (2019), colocam-se como efetivo obstáculo ao processo de ajuste sociopsicológico; o que por sua vez, desencadeia um processo estressor cumulativo que, agravado nas referidas circunstâncias, tal qual expresso, exacerbam sintomas psicológicos e físicos (Suárez-Orozco C, Suárez-Orozco M, Yoshikawa, Teranishi, 2011), impactando na saúde mental e bem-estar dos sujeitos. E, cabe lembrar, se houver espanholas que necessitem de atendimento, a fila será ainda maior e mais dolorosa à estrangeira mulher de corporeidade encarcerada.

Não atendidas em suas expectativas quanto ao cenário imaginado e tendo sofrido impedimentos referentes à integração, muitos dos quais reflexo direto de políticas institucionais excludentes, racismo e discriminação entre pares, essas mulheres acabam, em maior ou menor grau, por ter minado um possível senso de pertencimento social e/ou identidade (Center for Collegiate Mental Health, 2017; Cook, Alegria, Lin e Guo, 2009; Kinzie et al. 2007).

Há, claro, que considerar que todo e qualquer contexto apresenta faces múltiplas. Em meio ao que pode ser assombroso, há espaço para a acolhida, para sentir aqueles movimentos de quem "tem sido fundamental" e que impactam benéficamente na saúde mental dessas mulheres. Algo que, conforme apontaram, ganha corpo também institucionalmente, caso da oficina de cooperação ao desenvolvimento:

O Gabinete de Cooperação, através do seu apelo por ajuda aos refugiados, ajudou-me a entrar na Universidade de Sevilha e a aceder ao programa de mestrado, e depois apoiou-me durante estes quatro anos de estudos de doutoramento com uma bolsa de estudo (Estudante 1).

Contexto que se pode estender para esferas várias e por anos: "Trabalho aqui há vários anos e me sinto parte do ambiente e da comunidade; me sinto confortável nesta comunidade. Por isso digo que não há nada de negativo" (Professora 3). Há corpos que parecem mais acolhidos, mulheres que, segundo relatam, sentem o conforto digno e necessário do caráter cômodo, do fazer parte, ainda que, em algum medida, nos caiba questionar: até que ponto essa compreensão não se dá como processo de internalização de dor que, já naturalizada, não parece fazer sentido, sequer quando da "ênfase"? "Em nenhum momento me deparo com algo negativo por ser mulher e por ser chinesa. [Não há necessidade de] enfatizar essas palavras, não importa se é mulher ou homem (...) Não me importa se minha esposa ou meu marido é diferente" (Professora 3 – Categoria 1).

Um discurso que, dizendo dos acometimentos de "igualdade" que a uma toca, não parece estender-se a outras professoras: "me espantou que minha formação era menor pontuada do que a formação de uma candidata que tivesse se graduado aqui na Europa" (Professora 2 - Categoria 2). Ou, ainda, "foi angustiante perceber que minha graduação valeu para quando eu tentei o mestrado e o doutorado. Mas eles disseram que não era válida quando tentei o concurso para professora aqui na universidade. Tive que recorrer. Um absurdo!" (Professora 1 – Categoria 2).

Parece ainda haver muito por ser feito, a fim de que mulheres estrangeiras possam apenas ser mulheres estrangeiras e não apenas espécie de representação de sub-humanidade, de um encarcerado corpo (Mbembe, 2018) que, quando muito, conhece a igualdade ao mirar pares de alteridade. Em contextos como esses, não nos parece espantosa a constatação quanto à universidade e parte de seus organismos: "Acredito que ela poderia ser mais atenciosa com a população migrante e suas necessidades, não apenas em relação aos problemas em si, mas também às questões e dificuldades que surgem para essa população (Estudante 1). E, claro, como qualquer outra pessoa, que vive, flui e intenta estabelecer-se, fica a demanda: "E espaço de lazer, que também é importante, sim, aqui você pode criar uma rede, conhecer pessoas e, bem, interagir" (Estudante 2).

Isso, no entanto, informam-nos estas mesmas mulheres, requer capacitação, efetiva formação, mirada atenta e sensível àquela que, estrangeira, é também quem faz a universidade acontecer: "Somos nós que mantemos as engrenagens girando" (PTA 2). Pessoas que, cientes das necessidades postas, vislumbram caminhos de possibilidade:

Então, deve haver alguma formação para prevenir essa predisposição negativa, sabe? Porque quando chega um imigrante todos nós sentimos, vivemos com preconceito. (...) que haja uma capacitação para PTA, especialmente para as PTAs nas universidades, sobre imigração, sobre imigrantes, sobre os direitos dos imigrantes, sobre a situação dos imigrantes, basicamente porque é um tema muito desconhecido (PTA 2).

As compreensões nesses relatos trazidas coadunam com o postulado Kochhar-Bryant (2019), ao destacar práticas promissoras à integração de estrangeiros à comunidade acadêmica em que se encontram. Como revela a autora, o treinamento e desenvolvimento profissionais adequados são fundamentais e isso, considera, perpassa inclusive pela habilidade de escuta, pela tentativa de entender os contextos vivenciais desses sujeitos. Afinal, diz de treinamento para o corpo profissional, dentre os quais o docente, e mesmo da elaboração de guias de recursos que possam transmitir o valor da responsabilidade coletiva.

Tal responsabilidade, como se pode supor, aponta ainda para os suportes de Serviços Sociais no campus que, em suas ações, deve garantir o auxílio à assistência de distintas ordens, como, por exemplo, acesso ao ensino e logística de moradia e serviços comunitários; de modo que os serviços disponibilizados não sejam apenas "quase como uma tela" (PTA 3 – Categoria 3), de amostras em propaganda sem qualquer sentido real e prático efetivo.

Para além disso, algo também colhido nos relatos e que nos informa a referida autora, importa que existam possibilidades de conexão entre as pessoas migrantes e distintas entidades que, extrapolando o campus, a elas permitam a vivência cultural, a partilha de experiências, enfim, o humano ócio a que se referiu a entrevistada Estudante 1.

É necessário, já nos disse Millner (2016), que as experiências educacionais e sociais promovidas no âmbito da universidade sejam transformadoras; de modo a assumir o compromisso de enfrentamentos aos desafios psicossociais complexos que muitos vivenciaram e vivenciam, inclusive no âmbito da universidade. Nesse sentido, medidas contínuas devem ser tomadas, como forma de possibilitar que a universidade seja lugar de vivência igualitária, de vínculos e laços sociais efetivos, de direitos e cidadania (Kochhar-Bryant, 2019; Ager e Strang, 2008).

Tais ações, no entanto, sabidamente perpassam por compreensões que necessitam ampliadas ser, inclusive, no sentido de que politicamente se compreenda e garanta o acesso aos serviços de saúde mental, apontando para estabelecimento e fortalecimento de iniciativas que, na universidade sendo fomentadas, podem e devem a ela extrapolar. Algo que, adverte Kochhar-Bryant (2019), está para muito além da simples comunicação da disponibilidade de serviços de saúde mental no campus. São ações, informa esta autora, que ao fim trazem consigo a possibilidade de criação de um clima público institucional capaz de promover um senso de unidade para todos. Todos enquanto coletivo que, diferente, igual é e que como tal devem experienciar ambientes universitários saudáveis, que promovam a qualidade de vida e, assim, a saúde mental daquelas que, mulheres e estrangeiras racializadas, não têm de no espaço universitário estigmatizante vivenciar o duplo fardo que ainda socialmente tanto em seus corpos pesa.

Considerações finais

Os relatos aqui trazidos apontam para os cenários destacados em pesquisas como as de Brady & Stevens (2019), Link & Phelan (2001, 2006) e Verile et al (2019), para quem as políticas excludentes e discursos de ódio nas sociedades receptoras em seus distintos espaços exacerbam o estigma, impactando diretamente nas vivências daqueles e daquelas que alvos deles são. Por outro lado, destacam os mesmos autores, estruturas inclusivas e baseadas em direitos podem atuar como um amortecedor contra seus efeitos, algo também trazido nos discursos das mulheres respondentes.

Mulheres que, racializadas imigrantes, não poucas vezes retratadas são como vulneráveis e/ou ameaçadoras, dizendo-nos das tantas narrativas que obscurecem as desigualdades sistêmicas e perpetuam a culpabilização da vítima (Cubero & Garrido, 2023). Nessa condição, afetadas e em diálogo com as intersecções que as descrevem, frequentemente, enfrentam formas sobrepostas de opressão relacionadas a gênero,

etnia e status migratório, o que, por sua vez, coletivamente, forja suas experiências (Cubero & Garrido, 2023).

Segundo bell hooks (1984), a experiência de ser racializada é inescapável, pois molda e se intercruciza profundamente com outros aspectos da identidade, incluindo migração e gênero. O que nos reforça a necessidade de uma abordagem interseccional (Crenshaw, 1989), a fim de que desafiemos a invisibilização de suas experiências distintas. Essa perspectiva, crítica e socialmente referenciada, como os intuitos aqui expressos, se recusa à análise de categorias isoladas, atentando-se para a consideração acerca de como as políticas institucionais, os processos de racialização e as dinâmicas de gênero interagem para moldar os resultados de saúde mental e bem-estar das mulheres migrantes, como destacam Cabieses et al (2024) e Humbert & Strid (2024).

Nisso atentos, a exemplo do trazidos pelas mulheres entrevistadas, nos é possível compreender como estigma e o racismo se manifestam enquanto opressão institucionalizada, mediada pessoalmente e internalizada (Jones, 2000), e destroem o senso de autonomia, autoestima e resiliência psicológica de imigrantes – fatores-chave para a adaptação bem-sucedida e o bem-estar (Brady & Stevens, 2019; Stebleton, 2011).

Muitas mulheres imigrantes enfrentam exclusões sutis, microagressões e invalidação de suas contribuições acadêmicas (Ghosh & Barber, 2021; Mählick, 2013); ratificando o fato de que funcionários acadêmicos imigrantes têm de tolerar estereótipos racistas e sexistas (Esnard & Cobb-Roberts, 2019), enquanto estudantes muitas vezes toleram o silenciamento e a negligência, apesar inclusive de sua competência linguística (Trilliani et al., 2023).

As barreiras estruturais, para além das diferenças linguísticas e culturais (Arar et al., 2019), dizem de obstáculos burocráticos que complicam, dentre outras coisas, o acesso a financiamento e os processos de legalização (Lawless & Chen, 2017); resvalando, por exemplo, no fato de mulheres imigrantes enfrentarem a desvalorização de suas qualificações acadêmicas obtidas no exterior (Harris et al., 2015), bem como barreiras para obter segurança ou ascensão profissional (Tetteh et al., 2023); como também nos mostraram as entrevistas.

Além disso, a ausência de representatividade de imigrantes, particularmente mulheres, em espaços de tomada de decisão inibe a construção e implementação de iniciativas políticas inclusivas e culturalmente sensíveis (Trilliani et al., 2023). De fato, algumas instituições continuam a promover medidas antirracistas baseadas na ideia de daltonismo racial, revelando uma significativa falta de competência cultural. Essa abordagem ideológica das relações raciais se baseia na premissa de que, ao evitar ou ignorar a questão racial, o preconceito e a discriminação racial podem ser contornados (Hoyt et al., 2023); o que, sabidamente equivocado, corrobora para as vivências em vilipêndio desses corpos que, encarcerados, mortificados e sob estigma, conforme Flor do Nascimento (2020), padecem em sua saúde mental e bem-estar. Padecimento este que, crescente, reconhece que os desafios ao bem-estar vão além dos estudantes, incluindo docentes e funcionários – perfis historicamente invisíveis – que enfrentam estressores distintos enraizados em estruturas de poder institucionais (Tay, 2021).

São estruturas, diz-nos Almeida (2019), com implicações diretas nas vidas daqueles corpos que, racializados, experienciam o racismo cotidiano, em diálogo também com o pretume que expressam. Tal racismo, muito além de reverberações em atitudes individuais e/ou advindas de comportamento isolado, aponta para a estruturante realidade que o contexto universitário abarca; evidenciando-nos uma sociedade em seus fundamentos racistas de distribuição, oportunidades, recursos, poder e mesmo de vida e morte (Almeida, 2019); elementos estes que atravessam a docentes, discentes e profissionais do corpo técnico-administrativo.

Nesse sentido, pensar a experiência de vida dessas mulheres (e não apenas) é fazê-lo em consideração aos processos sócio-históricos que inclusive institucionalmente, e no interior das universidades e seu conjunto de normas e práticas, fomentam a manutenção de desigualdades que se entrelaçam e constroem as dinâmicas interseccionadas de vilipêndio, a partir de marcadores como os de raça, gênero, origem geográfica, orientação sexual, classe etc. Operando de forma interligada, produzem experiências de sofrimento em corpos marcados quanto à diferenciação de poder e reconhecimento (Gonzalez, 1988; Carneiro, 2023; Collins, 1990). Corpos que, como destas mulheres imigrantes entrevistadas (discentes, docentes e técnicas administrativas), por assim serem postos são como alvos maiores, a despeito, inclusive, de terem o mesmo ou superior grau de estudos acadêmicos.

Ainda assim, cabe destacar, em diálogo com o expresso por essas mesmas mulheres e por autoras como Cubero & Garrido (2023), é também nesta universidade e sem seu interior que estratégias de inclusão podem ser estruturadas, com vistas à construção de uma universidade que acolha, e o faça no reconhecimento da legitimidade dos corpos que a ela formam. Um espaço diverso que, como tal, tem na diversidade lugar de estruturação de seu próprio ethos formativo. Um lugar em que a vivência igualitária, refletida em laços afetivos e nos vínculos pautados no direito à cidadania, se amplie; de modo que o bem-estar e a saúde mental sejam condição fundante da experiência universitária, apontando, como expresso, para o estabelecimento e fortalecimentos de políticas que também à própria universidade sejam capazes de extrapolar, afinal, já nos disse a entrevistada mulher que a ela também compõe, ela pode e dever ser mais que "uma tela".

Referências

- AGER, Alastair; STRANG, Alison. Understanding Integration: A Conceptual Framework. **Journal of Refugee Studies**; Volume 21, número 2, pp. 166–191, Junho, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/jrs/fen016>
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ARAÚJO, T. B. Suicídio, política e sociedade: elementos para uma Suicidologia Crítica. In: LIMA, Luana (Org.); Navasconi, Paulo Vitor Palma (Org.). **(Re)pensando o suicídio: subjetividades, interseccionalidade e saberes pluriepistêmicos**. 1. ed. Salvador: Edufba, 2022.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BRADY, S. E.; & STEVENS, M. C. Is immigration a culture? A qualitative approach to exploring immigrant student experiences within the United States. **Translational Issues in Psychological Science**, 5(1), 17-28, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/tps0000187>
- CABIESES, B.; BELO, K.; CALDERÓN, A. C.; RADA, I.; ROJAS, K.; ARAOZ, C.; & KNIPPER, M. (2024). The impact of stigma and discrimination-based narratives in the health of migrants in Latin America and the Caribbean: a scoping review. **The Lancet Regional Health–Americas**, 40, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.lana.2023.100660>
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2003.
- CENTER FOR COLLEGIATE MENTAL HEALTH (CCMH). **2017 Annual Report**. University Park, PA: Pennsylvania State University, 2017. Disponível em: https://ccmh.psu.edu/assets/docs/2017_CCMH_Report-1r4m88x.pdf
- COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. New York: Routledge, 1990.
- COOK, B.; ALEGRÍA, M.; LIN, J.Y.; GUO, J. Pathways and correlates connecting Latinos' mental health with exposure to the United States. **Am J Public Health**. Dec;99(12):2247-54, 2009.
- CRENSHAW, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, 1 (1989), 139–167, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>
- CUBERO, A., & GARRIDO, R. "Ain't I a Woman?": Feminist Participatory Action-Research with African Migrant Women Living in Spain. **Journal of International Migration and Integration**, 24, 1611-1634, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12134-023-01020->
- GONZALEZ, Lélia. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1988.

GONZÁLEZ REY, F. L. A pesquisa e o tema da subjetividade em educação. In: **Anais da 24ª. Reunião Anual da ANPEd**. Outubro 2001.

ESNARD, T. & COBB-ROBERTS, D. Breaching the walls of academe: The case of five Afro-caribbean immigrant women within United States institutions of higher education. **Multidisciplinary Journal of Gender Studies**, 8(3), 206-233, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17583/generos.2019.4726>

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed. UFBA, 2008

FLOR DO NASCIMENTO, W. Prefácio: Mortificando a vida, politizando a morte. In: LIMA, Luana. **Deverei velar pelo Outro? Suicídio, estigma e economia dos cuidados**. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020b.

GHOSH, D. & BARBER, K. The gender of multiculturalism: Cultural tokenism and the institutional isolation of immigrant women faculty. **Sociological Perspectives**, 64(6) 1063–1080, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0731121420981098>

HARRIS, A.; MARLOWE, J.; & NYUON, N. Gains and losses: African Australian women and higher education. **Journal of Sociology**, 51(2), 370-384, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1440783314536792>

hooks, b. **Feminist theory**: From margin to center. South End Press, 1984.

HOYT, C. L.; LUNDBERG, K. B.; LAUBER, M.; WALLACE, H.; & MARSTON, A. When coupled with anti-egalitarianism, colour evasion predicts protection of the status quo during a university-wide movement for racial justice. **Journal of Community & Applied Social Psychology**, 33(5), 1211-1224, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/casp.2726>

HUMBERT, A. L. & STRID, S. Institutional confidence, underreporting and academic consequences of gender-based violence among university staff and students in Europe. **Studies in Higher Education**, 1–16, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03075079.2024.2440544>

JIMÉNEZ, R. Diseño y desafíos metodológicos de la investigación feminista en ciencias sociales. Empiria. **Revista De Metodología De Ciencias Sociales**, 50, 177-200, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5944/empiria.50.2021.30376>

JONES C. P. Levels of racism: a theoretic framework and a gardener's tale. **American journal of public health**, 90(8), 1212–1215, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.2105/ajph.90.8.1212>

KINZIE, J. L et al. Women Students at Coeducational and Women's Colleges: How Do Their Experiences Compare? **Journal of College Student Development**. Volume 48, número 2, pp. 145-165, Março/Abril, 2007.

KIRMAYER L.J. et. al. Common mental health problems in immigrants and refugees: general approach in primary care. **CMAJ**. Sep 6;183(12):E959-67, 2011. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20603342/>

KOCHHAR-BRYANT, C. A. 'Higher Education as an Instrument of Social Inclusion for Displaced Students and Refugees'. In Arar, K., Haj-Yehia, K., Ross, D. B., and Kondakci, Y.

(eds.), **Higher education challenges for migrant and refugee students in a global world**. New York: Peter Lang, 2019.

LAWLESS, B.; & CHEN, Y. W. Multicultural neoliberalism and academic labor: Experiences of female immigrant faculty in the US academy. **Cultural Studies: Critical Methodologies**, 17(3), 236-243, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1532708616672688>

LIMA, Luana. Suicídio como um ethos do neoliberalismo? In: LIMA, Luana (Org.); Navasconi, Paulo Vitor Palma (Org.). **(Re)pensando o suicídio: subjetividades, interseccionalidade e saberes pluriepistêmicos**. 1. ed. Salvador: Edufba, 2022.

LINK, B. G.; PHELAN, J. C. (2001). Conceptualizing stigma. **Annual Review of Sociology**, 27(1), 363-385, 2001 Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.27.1.363>

LINK, B. G; PHELAN, J. C. Stigma and its public health implications. **The Lancet**, 367(9509), 528-529, 2006. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(06\)68184-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(06)68184-1)

MÄHLCK, P. Academic women with migrant background in the global knowledge economy: Bodies, hierarchies and resistance. **Women's Studies International Forum**, 36(4), 65-74, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2012.09.007>

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3.ed. São Paulo: n-1, 2018.

MILLNER, N. Routing the camp: experiential authority in a politics of irregular migration. **Journal of Political Power**, 6:1, 87-105, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/2158379X.2013.774978>

OLIVEIRA, N.; FLOR DO NASCIMENTO, W. Modernidade, Colonialidade e Imperialismo Moral: manutenção de status quo na relação entre países centrais e periféricos. RBB. **REVISTA BRASILEIRA DE BIOÉTICA**, v. 14, p. 1-13, 2018.

STEBLETON, M. J. (2011). Understanding Immigrant College Students: Applying a Developmental Ecology Framework to the Practice of Academic Advising. **NACADA Journal**, 31(1), 42-54, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.12930/0271-9517-31.1.42>

SUÁREZ-OROZCO. C.; YOSHIKAWA, H.; TERANISHI, R.T.; & SUÁREZ-OROZCO, M.M. Crescendo nas sombras: As implicações do status de não autorizado para o desenvolvimento. **Harvard Educational Review**, 81(3), 438-473, 2011.

TAY, L. Building Community Well-Being in Higher Education: An Introduction to the Special Issue. **International Journal of Community Well-Being**, 4, 461-466, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s42413-021-00144-4>

Tetteh, L.N.O., Zaier, A. & Maina, F. Navigating uncharted paths to the American professoriate: Experiences of immigrant black female faculty. **Journal for Multicultural Education**, 17(1), 83-93, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JME-04-2022-0046>

TRILLIANI, C.; RÚDÓLFSDÓTTIR, A. G.; & BRUNILA, K. (2023). 'Pushing or excluding the immigrants wouldn't help in the learning process, you know': An intersectional analysis of immigrant women's higher education experiences. **Whiteness and Education**, 1-17, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/23793406.2023.2216704>

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Annual Report 2018**, 2018.
<https://www.undp.org/publications/undp-annual-report-2018>

VERILE, M. G., ERTL, M. M., DILLON, F. R., & DE LA ROSA, M. Acculturative stress among Latina young adult immigrants: The mediating role of receiving community context. **Translational Issues in Psychological Science**, 5(1), 91-110, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/tps0000185>

Recebido em: 30/01/2026

Aprovado em: 15/04/2026